



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COFRE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Actividades para 2011

Índice

I INTRODUÇÃO

1. Contexto institucional e ambiental	2
1.1. Identidade e missão	2
1.2. Ambiente Interno	2
1.3. Ambiente Externo	3
2. Clientes	3
3. Serviços fornecidos e outros a fornecer	4

II OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA

1. Objectivos para 2011	6
2. Estratégia a prosseguir	6
3. Principais actividades projectadas	6

III ANEXOS

I INTRODUÇÃO

1. Contexto institucional e ambiental

1.1. Identidade e missão.

O Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública (CPPSP) é um organismo de utilidade pública com personalidade jurídica, encontrando-se regulamentado pela Portaria 18.836 de 24NOV1961 e funcionando integrado nos Serviços Sociais da PSP (SSPSP). Actuando na área da acção social complementar, surgiu inicialmente como substituto aglutinador das diferentes instituições de previdência que existiam junto de vários Comandos da PSP, das quais apenas permaneceu até hoje o Montepio da PSP de Lisboa, criado em 24 de Dezembro de 1927.

No quadro da sua nobre missão, o CPPSP promove essencialmente dois tipos de serviço: a disponibilização de habitação social e de alojamento temporário aos seus subscritores e, como finalidade essencial, de acordo com a lei, a prestação por morte dos seus subscritores de um subsídio pecuniário único às pessoas consideradas hábeis para o receber, o qual, em boa verdade, tem fraca utilidade percebida e reconhecidamente baixa eficácia, devido não só à desadequação dos pressupostos e algoritmo de cálculo que estão na base mas essencialmente à oferta de produtos sucedâneos mais eficazes que proliferam no mercado financeiro.

No entanto, de acordo com o teor do § único do art. 2º do seu estatuto, sem prejuízo da sua finalidade essencial, deverá o CPPSP ainda cooperar na campanha de construção de casas de renda económica e em quaisquer outras actividades destinadas a beneficiar os subscritores.

1.2. Ambiente Interno

Como se disse atrás, o CPPSP vem desenvolvendo a sua actividade de acordo com um enquadramento legal notoriamente desactualizado face à hodierna realidade social, económica e política, sendo perfeitamente pertinentes os desígnios previsto no PRACE no que toca à sua extinção e integração plena nos SSPSP.

A sua estrutura orgânica está igualmente bastante desadequada às necessidades actuais, sendo que, por decisão recente do seu presidente da Direcção do CPPSP e Director Nacional da PSP foi decidido que o seu funcionamento seria baseado num sistema de serviços partilhados com os SSPSP, nos quais está integrado, como se disse atrás.

Neste momento o CPPSP desenvolve a sua actividade, que se dirige a um universo de cerca de 34.600 subscritores, com recurso a um efectivo de 4 elementos com funções policiais – 2 Chefes e 2 Agentes Principais –, bem como 3 elementos com funções não policiais – 1 técnico superior e 2 assistentes operacionais.

Este efectivo de 7 elementos tem-se revelado algo insuficiente, o que fomenta um evidente enviesamento orçamental, no sentido que, funcionando o CPPSP numa lógica de serviços partilhados integrais com os SSPSP, como se disse, essa escassez de recursos humanos acaba por gerar um desequilíbrio financeiro comparativamente com este último organismo, que se vê assim com um peso relativo muito maior em termos de custos com pessoal, sendo que os seus efectivos, começando pela administração executiva, desenvolvem parte significativa do seu trabalho em prol do CPPSP, sem que isso esteja reflectido no respectivo orçamento.

É portanto neste cenário, especialmente em nome de princípios de rigor orçamental e de clareza económico-financeira, que o CPPSP pretende requisitar mais pessoal no seio do universo de funcionários da Administração Pública.

A principal receita do CPPSP tem a ver com o arrendamento do seu imobiliário habitacional, que deverá representar no final do corrente ano (2010) perto de $\frac{3}{4}$ das receitas totais. Logo a seguir, em termos de importância relativa, aparece a receita proveniente das quotizações obrigatórias (cerca de 18% do total), sendo as restantes receitas ligadas ao arrendamento de imóveis não habitacionais a proveitos financeiros decorrentes de depósito no IGCP.

1.2. Ambiente Externo

O CPPSP, como se disse atrás, está plenamente inserido na Polícia de Segurança Pública, funcionando integrado nos SSPSP. Do ponto de vista jurídico, o seu pessoal sujeita-se ao estatuto do pessoal e demais legislação aplicável à PSP, sendo que, na sua actuação corrente, o CPPSP observa também as normas da Contabilidade Pública. Efectivamente, o CPPSP absorve, como qualquer outro organismo da PSP – salvaguardadas as suas especificidades enquanto serviço autónomo – o impacto directo das medidas legislativas e políticas aplicáveis à PSP como um todo, por emanção do poder legislativo e executivo.

2. Clientes

O CPPSP orienta a sua actividade em função das necessidades dos seus subscritores, compreendendo-se neste universo obrigatoriamente todo o pessoal em serviço activo na PSP e o pessoal aposentado. À semelhança do que acontece com os SSPSP, os subscritores do CPPSP encontram-se maioritariamente concentrados nas capitais de distrito, com maior incidência nas cidades de Lisboa e Porto.

Em termos de comunicação institucional, há que dizer que o CPPSP goza de uma fraca notoriedade junto do universo de subscritores, podendo mesmo assumir-se que reina o desconhecimento no seu seio, ao ponto de ser amiúde confundido com o Montepio da PSP de

Lisboa. A razão disto passa essencialmente pela pouca utilidade percebida quanto ao seu serviço estatutariamente mais importante – o subsídio por morte.

Por sua vez, os clientes internos do CPPSP integram um grupo homogéneo e motivado de pessoas nos quais é necessário investir em termos de formação, sobretudo no âmbito de relacionamento humano, como forma de atenuar uma vertente demasiadamente formal da instituição, que permanece como herança de uma prática decana algo hermética e centrada sobre si mesma. A atenuação da rigidez do relacionamento interpessoal dessas pessoas poderá ser uma forma de melhorar o ambiente de trabalho e potenciar a sua capacidade laboral, aumentando o índice de produtividade geral e a imagem junto dos clientes externos.

3. Serviços fornecidos e outros a fornecer

Tradicionalmente, como se disse atrás, o CPPSP tem-se resumido a prover um pequeno subsídio por morte dos subscritores, que normalmente não ultrapassa a centena e meia de euros. Para além disso, este organismo tem uma forte componente de arrendamento social, tendo inclusivamente a exclusividade deste tipo de serviço em Comandos como Porto ou Faro. Na verdade, não deixa de ser relevante o facto de o CPPSP ter a seu cargo a gestão de 507 fogos de habitação em todo o território nacional, incluindo nas Regiões Autónomas, já com um grau de antiguidade assinalável (cerca de 32 anos, em média).

Durante o ano de 2008 o CPPSP, tal como os SSPSP, procedeu a um amplo e complexo processo de actualização das rendas sociais dos seus imóveis arrendados a subscritores – o que, na generalidade dos casos, não acontecia há mais de vinte anos –, o que permitiu um encaixe financeiro suficiente para arrancar paulatinamente com um programa plurianual de conservação e manutenção das partes comuns e fachadas dos prédios. Efectivamente, tendo presente o seu estado geral em termos de vetustez, este programa de reabilitação imobiliário torna-se absolutamente inadiável face às sucessivas inspecções técnicas que inequivocamente apontam para a existência de riscos graves para pessoas e bens caso essas intervenções profundas não sejam realizadas, o que poderá trazer consequências indesejáveis para ambas as partes.

Refira-se que esse processo de actualização extraordinária das rendas, para além da obtenção de receitas adicionais que tornasse a actividade auto-sustentável e não altamente deficitária, como o era até há pouco tempo, encerrou ainda outros dois objectivos: por um lado, sanar as situações alegadamente de uso abusivo ou inadequado dos imóveis, que vinham provocando forte descontentamento no seio dos restantes beneficiários e, pelo outro, jogando com o conceito económico de *utilidade do bem* em causa, visava ainda incentivar a desocupação voluntária de determinados imóveis de uso dispensável por parte dos respectivos inquilinos, os quais apenas mantinham os contratos de arrendamento para garantir as suas esporádicas visitas aos grandes

centros urbanos, em especial ao Porto, necessidade essa que é perfeitamente suprida com as *casa de passantes*¹.

É óbvio que este processo encerra também uma obrigação não obnubilável por parte do CPPSP de enveredar por uma política mais activa e sustentada de intervenção nos seus edifícios habitacionais, tendo presente que a medida tomada no sentido do aumento extraordinário das rendas sociais despertou naturalmente um forte descontentamento no seio dos inquilinos, até porque decorreu em tempos de especiais dificuldades para a população portuguesa em geral.

Cabe aqui dizer que, não obstante a política de contenção, na medida do possível, das despesas correntes orçamentadas para 2011 face ao ano em curso, mesmo contando com o esperado aumento dos custos dos recursos energéticos e de outras matérias-primas importantes, a grande aposta para esse ano passa precisamente nas despesas virtuosas de investimento na conservação e recuperação de edifícios.

O certo é que o esforço do CPPSP na área da habitação social continua perfeitamente actual, até porque existem cada vez mais fenómenos de desestruturação familiar (e.g. divórcios e separações) que provocam forte descapitalização junto dos subscritores, pelo que seguramente é de manter, embora obedecendo a outra filosofia. Na verdade, há que reorientar cada vez mais esse esforço para a satisfação das necessidades dos subscritores que iniciam a sua carreira policial e que normalmente são integrados nos grandes Comandos, onde existem dificuldades de acesso a habitações a preços controlados, o que passa pelo reforço da natureza temporária do sector da habitação social. Assim, é intenção do CPPSP, em conjugação com os SSPSP, continuar a apostar no conceito de *casas de coabitação social*, destinados prioritariamente a recém-formados na Escola Prática de Polícia.

¹ *As Casas de Passantes, cuja terminologia radica numa tradição existente nos SSPSP – “Lar de Passantes” –, embora com outras finalidades, é um conceito recém introduzido pelos SSPSP que consiste basicamente numa residência totalmente equipada e mobilada, pronta para receber visitantes para permanências precárias, normalmente não superiores a 30 dias, podendo inclusivamente apoiar a passagem de elementos em missão de serviço policial.*

II Objectivos e Estratégia

1. Objectivos para 2011

Dentro do quadro contingencial até agora explanado o CPPSP propõem-se prosseguir em 2011 os seguintes objectivos, que, na sua globalidade, contribuirão para o esforço nacional de contenção orçamental:

- a. Melhorar em 1% o rácio despesas / receitas operacionais, reforçando assim exigências simultâneas de eficácia e eficiência na gestão dos recursos;
- b. Operacionalizar as casas de passantes no Porto e no Algarve, contribuindo assim para o esforço dos SSPSP no que toca ao provimento de habitações de cariz temporário.

2. Estratégia a prosseguir

Para a prossecução dos objectivos atrás referidos, a estratégia a adoptar para o próximo ano assentará em três pilares essenciais:

- a. Aproximação de alguns serviços de base universalista a uma lógica de *utilizador-pagador*, imputando-lhes tendencialmente uma grande parte dos *absorbing costs* (excepto amortizações), de forma a reforçar a capacidade financeira do CPPSP para acorrer a necessidade assistencialistas;
- b. Reforço de algumas medidas rápidas e de fraco impacto orçamental mas com ampla repercussão na comunidade policial (os chamados *quick wins*), como as *casas de passantes* e as *casas de coabitação social*;
- c. Reestruturação dos processos e actividades de *back-office* do CPPSP, aumentando a base tecnológica – essencialmente através da introdução da 1ª fase do SIIGAS² – e o volume de formação dos funcionários, de forma a minimizar os níveis de burocracia, a replicação de procedimentos e o desperdício de recursos.

3. Principais actividades projectadas:

a. Adaptação e equipamento das casas de passantes no Porto e no Algarve.

Tendo em vista o esforço conjugado com os SSPSP de prover o universo dos subscritores de mais espaços para alojamento temporário a custo moderado, é intenção do CPPSP operacionalizar as casas de passantes no Porto (primeira prioridade), Faro, Olhão, Portimão e Lagos, promovendo-se ao mesmo tempo a sua rentabilização económica e valorização imobiliária.

O custo estimado para levar a cabo esta actividade deverá orçar em 70.000 euros.

² Sistema Integrado de Informação de Acção Social, que visa agregar toda a informação de front-office dos SSPSP com toda a informação de back-office, nomeadamente a de cariz contabilístico e financeiro.

b. Reparação das empenas dos blocos de habitação do bairro do Cerco (Porto)

No âmbito do programa de reabilitação do seu património habitacional, o CPPSP deverá finalmente reparar as empenas viradas a norte dos seus blocos habitacionais no Bairro do Cerco, de forma a sanar um velho problema relacionado com as infiltrações geradas nas habitações em causa.

O custo estimado para levar a cabo esta actividade deverá orçar em 40.000 euros.

Lisboa, 18 de Agosto de 2010

O Vice-presidente

José Emanuel de Matos Torres

(Intendente)

III Anexos

1	Programa de Apoio Social	Despesa Prevista
1.1	Apoio Social	55.000,00 €
		55.000,00 €
2	Manutenção das Infra-estruturas	Despesa Prevista
2.1	Habitação Social	100.000,00 €
2.2	Lares de Estudantes	20.000,00 €
2.3	Casa de Passantes	70.000,00 €
		190.000,00 €
3	Apoio Técnico/ Logístico	Despesa Prevista
3.1	Gestão de Recursos	7.000,00 €
3.2	Sede	1.000,00 €
3.3	Messe de Xabregas	50.000,00 €
3.4	Imagem e Comunicação	60.000,00 €
		118.000,00 €
		363.000,00 €

1 Programa de Apoio Social		
1.1	Apoio Social	Despesa Prevista
1.1.A	Subsídios por Morte	55.000,00 €
		55.000,00 €
2 Manutenção das Infra-estruturas		
2.1	Habitação Social	Despesa Prevista
2.1.A	Serviços de Manutenção de Equipamento/Reparação	100.000,00 €
		100.000,00 €
2.2	Lares de Estudantes	Despesa Prevista
2.2.A	Aquisição de Equipamento para Lar de Estudantes no Porto	20.000,00 €
		20.000,00 €
2.3	Casa de Passantes	Despesa Prevista
2.3.A	Aquisição de Equipamento para Casa de Passantes no Porto	10.000,00 €
2.3.B	Realização de Obras e Adaptação da Vivenda no Bonfim para Casa de Passantes	60.000,00 €
		70.000,00 €
3 Apoio Técnico/ Logístico		
3.1	Gestão de Recursos	Despesa Prevista
3.1.A	Acções de Formação	7.000,00 €
		7.000,00 €
3.2	Sede	Despesa Prevista
3.2.A	Manutenção da Frota Automóvel	1.000,00 €
		1.000,00 €
3.3	Messe de Xabregas	Despesa Prevista
3.3.A	Renovação da Messe e Bar de Xabregas	50.000,00 €
		50.000,00 €
3.4	Imagem e Comunicação	Despesa Prevista
3.4.A	Realização de Filme Institucional e painel interactivo	60.000,00 €
		60.000,00 €
		363.000,00 €

Ficha de Actividades

	Código
Designação	2.1.A
Habitação Social - Serviços de Manutenção de Equipamento/Reparação	Duração
	Jan.-Dez.
Objectivos	
Investir nos imóveis e património imobiliário para o uso dos beneficiários que mais precisam de auxílio.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Técnico Superior, 1 Chefe e 1 Agente Principal.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
100.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Código

2.2.A

Designação

Lares de Estudantes - Aquisição de Equipamento para Lar de Estudantes no Porto

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Adquirir o material necessário ao bom funcionamento do lar de estudantes.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 1 Agente Principal.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

20.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Código

2.3.A

Designação

Casas de Passantes - Aquisição de equipamento para a Casa de Passantes do Porto

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Adquirir bens necessários à utilização da casa que permitam o bem estar e a permanência dos beneficiários que mais precisam.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 1 Agente Principal.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

10.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

	Código
Designação	2.3.B
Casas de Passantes - Realização de Obras e Adaptação da Vivenda no Bonfim para Casa de Passantes	Duração
	Jan.-Dez.
Objectivos	
Efectuar as obras necessárias para uma futura utilização da vivenda do Bonfim como Casa de Passantes.	
Recursos a afectar	
Humanos	
1 Técnico Superior, 1 Chefe e 1 Agente Principal.	
Materiais	
Material de escritório e meios informáticos.	
Financeiros	
60.000,00 €	
Resultados a Obter	

Ficha de Actividades

Código

3.1.A

Designação

Gestão de Recursos - Acções de Formação

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Promover o desenvolvimento e as competências técnicas dos elementos do Cofre de Previdência da PSP.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 1 Agente Principal.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

7.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Código

3.2.A

Designação

Sede - Manutenção da Frota Automóvel

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Manter a frota automóvel afecta ao Cofre de Previdência da PSP operacional.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 1 Agente Principal.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

1.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Código

3.3.A

Designação

Messe de Xabregas - Renovação da Messe e Bar de Xabregas

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Efectuar as obras necessárias aos espaços da messe e bar de Xabregas para melhorar as suas condições.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 1 Agente Principal.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

50.000,00 €

Resultados a Obter

Ficha de Actividades

Código

3.4.A

Designação

Imagem e Comunicação - Realização de um Filme Institucional em Painel Interactivo

Duração

Jan.-Dez.

Objectivos

Comunicar e divulgar a todos os beneficiários os serviços disponibilizados pelos SSPSP.

Recursos a afectar

Humanos

1 Técnico Superior, 1 Chefe e 1 Agente Principal.

Materiais

Material de escritório e meios informáticos.

Financeiros

60.000,00 €

Resultados a Obter